

2

A Traição, A Infidelidade, O Adultério e Os Relacionamentos Extraconjugais ao longo do tempo

Existem diferentes definições para o que é considerado “traição”, “infidelidade” e “adultério”. Antes de apresentar o adultério e como era entendido, ao longo do tempo, é preciso distinguir tais termos, pois alguns não são considerados sinônimos entre si.

De acordo com o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, (2001) uma das definições dadas para “traição” é, por analogia, “infidelidade no amor”. Já a palavra “infidelidade”, está definida mais precisamente como “falta de respeito, de fidelidade àquilo com que se deveria estar comprometido”. E também como sendo uma “manutenção de ligações amorosas com outra pessoa diferente daquela com quem se está comprometido”. Por fim, “adultério”, é definido como sendo “violação, transgressão da regra de fidelidade conjugal imposta aos cônjuges pelo contrato matrimonial, cujo princípio consiste em não se manter relações carnavais com outrem fora do casamento. E ao mesmo tempo é tido como “infidelidade estabelecida por relação carnal com outro(a) parceiro(a) que não o(a) companheiro(a) habitual”.

Em pesquisas realizadas com jovens solteiros na cidade do Rio de Janeiro, universitários de ambos os sexos, de classe média e com idades variando entre vinte a vinte e um anos, Jablonski (2005)¹ chegou a vários resultados com relação às expectativas destes jovens no que se refere ao casamento. Um dos tópicos pesquisados foi a própria definição que eles dão ao conceito de traição: “sexo com outra pessoa” foi a resposta mais citada pelos respondentes (20,1%), “beijar / ficar com outra pessoa” (12%), “mentir para o parceiro” (11,5%) e “manter uma relação com outra pessoa” (10,3%) foram as outras definições dadas.

Diferenças entre as definições de mulheres solteiras e casadas com relação à infidelidade foram captadas em uma pesquisa realizada também no Rio de Janeiro, dentre as quais 40,7% das solteiras coloca que infidelidade é mentir, trair

¹ Mais dados sobre esta pesquisa serão discutidos durante este capítulo.

a confiança do outro. Já entre as casadas, 37,6% dizem que ser infiel é trair sexualmente o parceiro (von der Weid, 2004)².

Recentemente, em uma reportagem da Revista Domingo do Jornal do Brasil, de 16 de Julho de 2006, discutiram-se as diferenças entre fidelidade e lealdade. Na reportagem, a psicanalista e sexóloga S. Cherman é citada, defendendo a posição de que fidelidade não é sinônimo de lealdade e que apesar de nascermos para sermos polígamos, a sociedade nos impõe a monogamia. Na sua experiência clínica, 90% das mulheres declararam ter fantasias sexuais com outros homens que não seus maridos. Ela afirma, com este dado, que ninguém é fiel, pois no momento em que se fantasia com outrem, já se está sendo infiel. Nas suas palavras, “lealdade é ser fiel ao próprio sentimento, mesmo que isto provoque conflitos”.

Esta, porém, não é a posição defendida por casais citados na reportagem acima. Na opinião deles, quando se olha para alguém interessante que não seu cônjuge, não se está sendo infiel e nem desleal. E quando um dos dois assume que achou um homem (ou uma mulher) bonito(a) para o(a) parceiro(a), é um ato de lealdade. Para estes casais, a infidelidade é ligada ao ato da traição, e não às fantasias e desejos que cada parceiro pode vir a ter durante o casamento. Nessa reportagem a psicoterapeuta de família e casal T. Féres-Carneiro também é citada, colocando a idéia de que o conceito de lealdade e fidelidade varia de casal para casal e que ato de ter relações sexuais fora do casamento não implica, para alguns casais, ser desleal ao parceiro (Bagdadi, 2006, p. 12).

Ou seja, “traição”, “infidelidade”, “deslealdade” e “adultério” são termos parecidos, mas não podem ser usados como sinônimos quando falarmos sobre relacionamentos extraconjugais. O adultério é um termo usado juridicamente quando existem relações carnavais (ou sexuais) fora do casamento. Isto porque há um contrato matrimonial quando duas pessoas se casam, como pode ser visto na própria definição de adultério, que coloca o princípio ou regra da fidelidade conjugal. O ato de manter relações sexuais com outra(s) pessoa(s) fora do casamento é considerado uma violação ou transgressão desta regra.

Mas, como este conceito foi construído ao longo dos tempos? O adultério hoje é vivido da mesma forma como há séculos atrás? Por que as pessoas

² Idem.

procuram relações fora do casamento? Uma descrição mais pormenorizada do conceito de adultério será feita a seguir.

2.1

O Adultério – um ato comum ou incomum? Prazer ou dor?

A cadeia do casamento é pesada demais. Por isso é preciso carregá-la a dois ou, muitas vezes, a três
(Alfred Capus)

Fisher (1995) realizou um extenso estudo sobre o amor romântico, o divórcio, o recasamento, o adultério, dentre outros temas e o registrou em seu livro “Anatomia do Amor: a história natural da monogamia, do adultério e do divórcio”. Em sua obra fica claro que os costumes culturais influenciam a definição que se tem do adultério e da atitude de determinada pessoa diante dele. Com a descrição dos costumes de diferentes povos com relação ao adultério, a afirmação fica mais clara ainda. A seguir serão exemplificadas algumas destas descrições de que a autora nos fala.

Nas cidades da costa central e sul do Mar Adriático, por exemplo, quase todo homem italiano teria uma amante a quem ele visitaria regularmente nos dias da semana, em horários do dia em que os maridos das amantes ainda estão trabalhando nas vinhas, em barcos de pesca, em suas lojas ou estão às voltas com seus próprios relacionamentos também clandestinos. Os relacionamentos extraconjugais mais duradouros são entre homens e mulheres casados com outras pessoas, que perduram por vários anos ou até a vida inteira. Nestas cidades italianas a infidelidade é comum entre os adultos e muitas pessoas acabam descobrindo determinados casos de traição na cidade através de comentários que ameaçam a privacidade alheia. Apesar disso, prevalece um hábito na cidade que todos procuram seguir: manter os casos “descobertos” em segredo, a fim de preservar a vida familiar das pessoas envolvidas em relacionamentos extraconjugais.

Entre os povos inuit (esquimós) emprestar a esposa é um costume e sinal de hospitalidade. Quando um marido está ansioso para consolidar seus vínculos

com um companheiro de caçadas, pode lhe oferecer sua esposa para que ela tenha relações sexuais com ele, mas com a permissão dela. Com a concordância de todos, ela copula com o parceiro de caçadas por vários dias ou semanas. As mulheres também têm o costume de oferecer sexo a visitantes e estrangeiros, não considerando o ato como um crime ou delito (Gove, 1989).

Para o povo lozi da África o relacionamento sexual não tem associação com o adultério. Se, simplesmente, um homem lozi acompanhar uma mulher que não faça parte da sua família em um simples passeio, ou se lhe oferecer cerveja ou rapé, estará cometendo adultério. E entre os kofyar da Nigéria, o adultério é definido de forma completamente diferente. Se uma mulher insatisfeita com seu marido não desejar se divorciar, pode arranjar um amante legítimo, com quem viverá abertamente na propriedade de seu marido. Os homens desta tribo possuem o mesmo privilégio. E não consideram tais relacionamentos extraconjugais como sendo adultério.

Já na cultura ocidental, que é a que nos interessa mais, o adultério é definido como o relacionamento sexual de uma pessoa casada com outra que não o próprio cônjuge, como foi colocado no início deste capítulo. Então, como lembra Fisher (1995), os povos aqui exemplificados que cometeram adultério dentro da nossa definição ocidental, foram o homem italiano, a mulher esquimó e a esposa kofyar, enquanto o marido lozi não foi adúltero, pois ele não realizou o coito com a mulher que levou para passear.

Os relatos descritos até aqui apontam para costumes de determinados povos, mas houve um momento na história ocidental em que o adultério foi relacionado à noção de pecado. Este momento é historicamente datado com os antigos hebreus. De acordo com Socci (1983), a virgindade era valorizada ao extremo por este povo, assim como a fidelidade da mulher após o casamento. Com relação às atitudes dos homens hebreus podem-se observar grandes diferenças:

“Por outro lado, a poligamia era aceita, assim como a concubinação; além de que o homem poderia possuir escravas. Portanto, o homem poderia ter, no casamento, sexo apenas para reprodução, mas em função das outras práticas, também tinha oportunidades de desenvolver sentimentos profundos de amor e de obter do sexo muito prazer sensual”. (Socci, 1983, p. 2).

Fisher coloca que entre 516 a.C. e a destruição de Jerusalém pelos romanos em 70 d.C., os costumes sexuais judaicos passaram a ser cada vez mais identificados com as leis de Deus. Até então, no judaísmo, poucas práticas sexuais eram consideradas imorais. Aos homens, ao contrário das mulheres, era permitido livre acesso às prostitutas, concubinas, viúvas, criadas domésticas, e só lhes era interdito o relacionamento sexual com uma mulher casada, pois os relatos sagrados de Deus diziam para “não cobiçar a mulher do próximo”.

Nos primeiros séculos da Era Cristã, dizia-se que Deus havia decretado que o marido e a esposa realizassem o ato sexual na véspera do Sabbath (dia sagrado dos judeus). Eram confeccionadas listas relacionando detalhadamente as obrigações sexuais das mais diversas classes sociais. Todas as noites os cavaleiros que estivessem desocupados deveriam copular com suas esposas, os trabalhadores que moravam na mesma cidade onde ficava o seu local de trabalho deveriam ter relações sexuais pelo menos duas vezes por semana. Já os homens que viajavam para outras cidades a negócios deveriam cumprir o dever marital uma vez por semana, e assim por diante (Bullough, 1976). A partir de então, o sexo dentro do casamento passou a ser encarado como algo abençoado, celebrado e, acima de tudo, sagrado. Por outro lado, tudo o que acontecesse fora do casamento era condenado por Deus, como por exemplo, o adultério, tanto por parte de um homem como de uma mulher casada.

Assim como os hebreus, os gregos clássicos também tinham suas próprias idéias com relação ao adultério. Para os homens gregos, no século IV a. C., os jogos sexuais eram seu passatempo preferido e eles se consideravam superiores às mulheres. O único crime sexual que poderia ser cometido por um homem grego era o coito realizado com a esposa de outro homem, em função do qual poderia ser condenado à morte. Era comum que homens casados tivessem muitas parceiras extraconjugais e também travassem encontros homossexuais com rapazes adolescentes. Por outro lado, de acordo com Socci (1983), a mulher ateniense ficava confinada em casa desde o nascimento até o casamento e nada aprendia além de poucas tarefas domésticas e, em alguns casos, um pouco de escrita. A mulher seria respeitada caso desempenhasse bem seus deveres como doméstica e como procriadora. Socci cita uma frase atribuída a Demóstenes que retrata como eram os costumes sexuais dos gregos na época: “As prostitutas, nós

conservamos pelo prazer, as concubinas para cuidar da nossa pessoa e as esposas para nos proporcionar filhos legítimos e cuidar de nossa casa.”

Assim como os gregos, os romanos também não viam problema em manter muitos casos extraconjugais. Fisher explica que por volta do ano 100 a. C., muitos romanos encaravam o adultério como algo justificável. Socci lembra que o dote da esposa de um patriarca romano achava-se inteiramente em seu poder e ele podia controlar-lhe todos os atos. Ou seja, o marido podia castigar a esposa caso ela cometesse uma falta e se ela fosse culpada de adultério, ele tinha o direito de matá-la. Depois de um possível período de amplas liberdades sexuais, os romanos tornaram-se, com o tempo, rigorosamente monógamos. Oficialmente a partir de então, um homem não poderia ter, ao mesmo tempo, uma esposa e uma concubina, devendo escolher entre uma e outra. A lei da época definia adultério como a união sexual com a esposa de outro homem. Se o homem flagrasse a esposa com outro, poderia matá-la sem julgamento, mas se ela o visse com outra mulher, não tinha a liberdade de fazer nada a respeito. Desta maneira, fica claro o padrão de dupla moral que caracterizou (e caracteriza ainda) várias civilizações na História.

Com o advento do Cristianismo, a virgindade passou a ser mais exaltada, a poligamia abolida e as relações sexuais permitidas apenas para a procriação. A castidade passa a ser essencial para ambos os sexos e o casamento é investido de significado sacramental e simbólico (Mursteyn, 1974 *apud* Socci, 1983). A monogamia era a única forma aceitável de casamento e o Novo Testamento menosprezava o concubinato.

Na Bíblia (Marcos, 10:11), Jesus falou o seguinte: “Quem repudia³ sua mulher e se casa com outra, comete adultério contra a primeira; e se a mulher repudia o marido e se casa com outro, comete adultério”. Nos séculos posteriores a Jesus, alguns líderes cristãos tornaram-se hostis ao sexo. O celibato, porém, só foi oficialmente imposto ao clero cristão no século XI e a abstinência sexual foi se vinculando cada vez mais a Deus e o adultério ao pecado, tanto para homens como para mulheres.

Santo Agostinho, que viveu entre 354 e 430 d. C., difundiu tais ensinamentos por todo o mundo cristão. Bullough (1976) ressalta que apesar de

³ Repudiar é uma palavra usada para separação e dar carta de divórcio.

Agostinho estar ansioso para se converter ao cristianismo, não conseguia superar seu desejo por sua amante (concubina). Ele rezava a Deus dizendo: “Dê-me a castidade e a continência, mas não ainda”. Durante os dois anos em que esperou para se casar com uma mulher escolhida da mesma posição social que a sua, teve outra amante. Depois disso, abandonou os planos de casamento, convertendo-se ao cristianismo e adotando a abstinência sexual. Ele via o celibato como o bem mais elevado, a relação sexual como algo que só podia existir entre marido e mulher e para fins de procriação e o adultério como a encarnação do demônio. Desde então, no ocidente, o adultério passou a ser encarado como transgressão moral para ambos os sexos.

Já na Idade Média, Socci relata que os nobres achavam-se no direito de possuir toda e qualquer mulher campesina que encontrassem e a prostituição acabou sendo aceita e legalizada em algumas cidades européias. O adultério da esposa nesta época era punido com a morte, enquanto que para o marido não havia penalidade alguma. Entre os séculos IX e XII os tribunais eclesiásticos começaram a julgar as questões ligadas aos pecados da alma, sendo uma delas, o adultério.

O amor cortesão só surge no fim do século XI e a idéia de fidelidade entre os amantes, pelo menos enquanto apaixonados, surge nessa época. Em relação ao mito do casamento romântico, Lawson (1988)⁴ explica que o amor nas cortes medievais separou o casamento do amor, vistos em completa contradição um com o outro. Os parceiros não se escolhiam, ao contrário, eram escolhidos e o amor romântico não poderia, assim, ser a base do casamento. Os pais escolhiam com quem a filha se casaria e os casamentos eram, desta forma, arranjados por interesses familiares.

No período conhecido como Reforma, no século XVI, o adultério ainda é motivo para a morte, geralmente por afogamento e decapitação. Nessa época, o adultério e a prostituição que eram antes considerados como inevitáveis diante dos casamentos combinados, passaram por novas considerações e os castigos pelas relações sexuais fora do casamento ficaram cada vez mais severos. Giddens (1993) fala a respeito das relações amorosas entre os camponeses da França e da

⁴ Dois mitos são destacados por Lawson (1988) que fazem parte da vida de homens e mulheres e que conduzem seus desejos de realização e de felicidade: “o mito do casamento romântico” e o “mito do eu”. Porém, foge ao objetivo deste trabalho a descrição minuciosa de tais mitos.

Alemanha do século XVII e de acordo com ele, o beijo, a carícia e outras formas de afeição física associadas ao sexo eram raros entre casais casados. Porém, oportunidades para os homens terem ligações extraconjugais não faltavam. A sexualidade dentro do casamento tinha de ser considerada casta, diferentemente do caráter erótico e apaixonado dos casos fora do casamento. Esta diferenciação era comum entre aristocratas europeus.

O surgimento do amor romântico, ainda de acordo com Giddens, tem de ser compreendido levando-se em conta as influências que afetaram as mulheres a partir do século XVIII. Um deles foi a criação do lar, um outro, a mudança nas relações entre pais e filhos, e um terceiro, a invenção da maternidade. O poder patriarcal no meio doméstico já estava declinando no final do século XIX, e com a separação entre o lar e o local de trabalho, o domínio do homem sobre a família ficou enfraquecido, quando ele deixa de ser o centro do sistema de produção. Antes do final do século XVIII não se falava de amor ligado ao casamento, tratava-se de um amor de companheiros, ligado à responsabilidade, tanto de maridos como de esposas, pelo cuidado da família e da casa. Com a divisão das tarefas, as mulheres passaram a promover mais o amor, enquanto que para os homens, as diferenciações entre amor romântico e amor apaixonado eram tratadas a partir da separação do ambiente doméstico da sexualidade da amante ou da prostituta.

Na América, por volta do século XVIII, as pessoas já tinham o amor como pré-condição para o casamento, chegando-se à equivalência entre os termos amor e casamento. Homens e mulheres tinham a chance de alcançar a segurança e a estabilidade econômica através do casamento, sem a intromissão dos pais na escolha de um ou de outro parceiro. O curioso é que para um casamento de sucesso, a paixão era necessária, assim como a estima e a afeição, mas poucas formas eróticas de amor eram aceitas. Ou seja, esperava-se que a paixão, considerada perigosa, não se estabelecesse entre os cônjuges, pois fazia parte do amor adúltero.

Assim, o ideal do amor romântico foi transportado para a forma convencional do casamento e o mito moderno do casamento romântico foi criado. Giddens (1993), a respeito disso, enfatiza que durante o século XIX a formação dos laços matrimoniais baseava-se em outras considerações além dos julgamentos de valor econômico. Idéias de amor romântico, exercendo sua influência sobre os

burgueses, foram muito difundidas pela ordem social (Giddens, 1993, p. 36). No mito do casamento romântico, considera-se que o ideal é que haja amor apenas por uma única pessoa, aquela com quem se casa e só este amor vai durar para sempre, até que a vida dure, ou até que a morte os separe. A exclusividade sexual e a permanência fazem parte também deste mito, sendo igualmente importantes em sua configuração. As pessoas tendem a ter a expectativa de encontrar uma história de amor dentro de seus casamentos e que o relacionamento será baseado no companheirismo e na igualdade, sem dominação ou subordinação. O casamento, desta forma, se tornou o lugar onde amor e fidelidade sexual estariam para sempre ligados.

Por fim, na Revolução Industrial do século XX começa a surgir a idéia de que como o amor nem sempre dura a vida toda, é de direito de cada um poder procurar um novo amor, com a devida liberdade para cada parceiro poder ter seus próprios casos amorosos (Socci, 1983). Então, no século XX, o casamento, apesar de ser fundamentado nas escolhas racionais nem sempre feitas exclusivamente pelos dois parceiros, tornou-se uma questão de se apaixonar. Casar-se tinha como base o desejo da paixão. Casamento e amor se unem e o amor romântico tornou-se a experiência mais desejante da vida (Lawson, 1988).

Já nos recentes anos sessenta e setenta começou uma busca do verdadeiro conhecimento de si mesmo, com as pessoas explorando as várias facetas de si mesmas, o que incluía suas sexualidades. Os relacionamentos mais duradouros deviam ser aqueles nos quais se permitisse a autonomia para cada parceiro.

Vimos que, historicamente, o homem sempre teve mais liberdade que a mulher com relação à busca de novos relacionamentos fora do compromisso do casamento. Ao costume social que permitia muita liberdade ao homem e pouca liberdade à mulher dá-se o nome de padrão de dupla moral ou padrão social duplo, que será abordado a seguir.

2.2

O surgimento do padrão de dupla moral

Com relação ao adultério, o padrão social duplo teve origem nas culturas camponesas, juntamente com a crença de que o homem era o provedor da família e era também seu dever reproduzir e continuar sua linhagem. Os relacionamentos extraconjugais eram comuns entre homens, mas para mulheres eram estritamente proibidos. Em quase toda a Ásia era comum o encorajamento dos homens a terem concubinas (Bullough, 1976). Na Índia, China e Japão tradicionais, era responsabilidade da mulher produzir descendentes para o seu companheiro, ser virtuosa no casamento e sexualmente fiel ao marido durante toda sua vida. Os parentes as vigiavam o tempo todo depois que se casavam. Então, enquanto que para os homens não havia muito problema com relação a relacionamentos extraconjugais, para as mulheres este ato era estritamente proibido. Uma esposa infiel não tinha o direito de permanecer viva. Um hindu podia matar sua esposa adúltera; na China e no Japão, o suicídio era cometido pela esposa adúltera. Nessas sociedades patriarcais uma esposa promíscua era considerada uma ameaça à posição social masculina, estando tanto seus ancestrais quanto os descendentes em risco.

A primeira vez em que o padrão duplo para o adultério foi registrado na civilização ocidental em códigos legais foi entre 1800 e 1100 a. C., em cidades da antiga Mesopotâmia (vale do Rio Tigre e do Eufrates). As partes desses códigos que se referiam à posição legal e aos direitos e deveres das mulheres diziam que elas tinham que manter sua virtude, da mesma maneira como pensavam os outros povos agrários. Foi a primeira evidência escrita da subjugação da mulher nas sociedades agrícolas da antiga Mesopotâmia, na qual as mulheres eram consideradas bens e propriedades. Esta inferioridade das mulheres com relação aos homens tem relação com o advento do arado na produção de alimentos. Antes, as pessoas utilizavam a enxada e as mulheres realizavam a maior parte do trabalho no campo (Whyte, 1978), mas com o surgimento do arado, em torno de 3000 a. C., que necessitava de uma força muito maior para ser usado, os homens passaram a ficar com a maior parte das tarefas agrícolas. Com a invenção do arado as mulheres perderam seu antigo papel de coletoras e provedoras de alimentos, passando a ser inferiores aos homens. Fisher explica ainda que:

“A maneira exata em que o arado e a vida agrícola produziram essas mudanças na sexualidade ocidental, vem sendo objeto de debates por mais de um século. Eu diria que a vida sedentária, a necessidade de monogamia por toda a vida, o aparecimento de sociedades divididas em classes e a frequência das guerras, assim como uma propriedade característica da testosterona – o hormônio sexual masculino – desempenharam papéis importantes nesse processo”. (Fisher, 1995, p. 330).

O Oriente Médio não era o único local onde as mulheres eram tratadas como propriedades produtoras de filhos e seres subservientes. Quase todas as culturas agrícolas compartilhavam desses costumes (Whyte, 1978). Na China, por exemplo, sabe-se que a partir dos quatro anos, os dedos dos pés (menos o dedão) das meninas de classe alta eram curvados para baixo e amarrados com força, o que provocava dores fortes ao andarem, o que impossibilitava de fugir da casa dos futuros maridos. Na Grécia, as meninas casavam-se aos quatorze anos, fato que garantia sua castidade. Os povos germânicos que invadiram Roma compravam e vendiam mulheres. Enquanto os homens tornavam-se poderosos, como sacerdotes, líderes políticos, guerreiros, as mulheres sempre tinham um dono.

Com relação aos dias atuais, Giddens (1993) explica que a proporção de mulheres casadas há mais de cinco anos que têm encontros sexuais extraconjugais é, hoje em dia, virtualmente a mesma que a de homens que se encontram na mesma situação. O padrão duplo ainda existe, mas as mulheres não são mais tolerantes diante da perspectiva de que – enquanto os homens necessitam de variedade e pode-se esperar que se envolvam em aventuras extraconjugais – elas não se comportem do mesmo modo (p. 22). A título de exemplo disto, no contexto brasileiro, uma pesquisa realizada com 166 mulheres de 18 a 50 anos, universitárias e pertencentes à camada média urbana carioca, chegou-se à proporção de 54,3% (90) que haviam sido infiéis⁵. Além disso, von der Weid (2004) destaca que nesta pesquisa a porcentagem de solteiras que consideram a possibilidade de serem amantes (26,6%, 32 das 123 solteiras) foi menor do que a de casadas (45,4%, 15 das 33 casadas).

5 A pesquisa intitulada “Mudanças nos papéis de gênero, sexualidade e conjugalidade nas camadas médias urbanas do Rio de Janeiro” foi realizada entre 1998 e 2000 e coordenada pela antropóloga Mirian Goldenberg; os dados citados neste trabalho referem-se a esta pesquisa, que estão disponíveis no artigo de Weid (2004): “Perdoa-me por te trair: um estudo antropológico sobre a infidelidade feminina”.

2.3

Os castigos contra os praticantes do adultério

Para a maior parte das mulheres, amar um homem é enganar um outro (Étienne Rey)

Alguns exemplos de “castigos” contra aquele que cometesse o adultério nos vales do Tigre e Eufrates incluíam, no caso das mulheres, execução ou ter seu nariz decepado. Outros exemplos encontrados em registros de demais povos eram o açoitamento público, a marcação com ferro quente, o espancamento, a mutilação dos genitais, a decepção das orelhas, a retalhação dos pés, o abandono, a morte por apedrejamento, fogo, afogamento, sufocamento, arma de fogo ou golpes de punhal (Fisher, 1995, p. 89 e 98).

Okimura e Norton (1998) registraram casos de mulheres que tiveram as pontas de seus narizes cortados recentemente (vinte e cinco anos atrás, como foi o primeiro caso ilustrado pelos autores no artigo), na República do Kiribati, uma ilha localizada na Micronésia, Oceano Pacífico. Algumas delas procuraram cirurgias plásticas para reconstrução do nariz na Austrália. Cortar a ponta do nariz como punição por adultério é uma tradicional forma de mutilação conjugal e é aceita como uma prática cultural, apesar de ser incomum, na República do Kiribati e em outras ilhas da Micronésia. Nos anos sessenta ainda era comum tal prática, tanto mulheres traídas desfiguravam os narizes das suas rivais, quanto os homens também o faziam com as mulheres que os traíssem, para logo em seguida abandoná-las. O objetivo de cortar o nariz da esposa adúltera era destruir e desfigurar um importante aspecto da atratividade sexual, o seu rosto. As punições contra as mulheres em Kiribati começam menos severas até chegar ao corte do nariz. Primeiro, o marido pode bater na esposa que se vestir inapropriadamente, depois pode bater nela na frente dos seus parentes, caso seja vista conversando em público com outro homem. Por último, em casos de adultério, ele corta-lhe a ponta de seu nariz, destruindo-lhe o a sua beleza facial e deixando para sempre uma marca permanente e pública do seu mau comportamento.

Apesar de ser uma prática cultural muito agressiva, e uma forma marcante de punição contra as traições provocadas por mulheres, Okimura e Norton (1998)

relatam que ao longo da história várias outras civilizações também a praticaram. Na Roma antiga e na Índia, tal prática era usada não só como penalidade contra o adultério como também contra ladrões e prisioneiros de guerra. Algumas tribos de índios americanos (Apache, Blackfeet, Mesquakie) também cortavam e mordiam os narizes de suas mulheres adúlteras. Os antigos egípcios, os paquistaneses, os sérvios e os europeus também possuíam tais práticas.

Apesar de ser visto como uma transgressão, um pecado, algo que pode destruir um casamento, gerar muito sofrimento, culpa, vergonha por parte de quem o descobre, o adultério sempre foi e é um ato muito comum em várias sociedades. Algumas pesquisas comprovam esta afirmativa, como veremos a seguir.

2.4

As pesquisas sobre o adultério, a infidelidade e a traição.

Jablonski (1998) faz algumas colocações a respeito dos relatórios Kinsey, dizendo que os mesmos datam de 1948 (O Comportamento Sexual do Macho Humano) e 1953 (O Comportamento Sexual da Fêmea Humana) e foram estudos quantitativos que se tornaram famosos por apresentar, detalhadamente, hábitos e preferências sexuais de homens e mulheres americanos. Apesar de todas as falhas metodológicas e das críticas que se fazem hoje àqueles trabalhos, inegavelmente eles trouxeram à luz muitas coisas de que se suspeitava e de que não se suspeitava acerca da sexualidade naquela sociedade. Outros resultados da pesquisa destacados por Jablonski é que apenas 20% das entrevistadas com nível superior tiveram relações pré-maritais e esse número sobe para quase 40% entre as sem nível superior. E os homens exibiram significativa experiência sexual e atividades pré e extramaritais.

Além disso, os relatórios Kinsey declaram que pouco mais de um terço dos maridos em uma amostra de mais de seis mil homens, eram infiéis. O problema encontrado nesta pesquisa foi que os homens relutaram em falar sobre suas traições, então, Kinsey presumiu na época que os números encontrados estavam abaixo da realidade. Metade dos homens norte-americanos foram infiéis em algum momento em seus casamentos, foi a estimativa encontrada na época. Além disto, 26% das quase sete mil mulheres casadas, divorciadas ou viúvas pesquisadas envolveram-se em relações sexuais extraconjugais até os quarenta anos de idade. Assim sendo, 41 % delas tiveram relações sexuais com um só parceiro, 40% fizeram amor com dois a cinco parceiros e 19 % tiveram mais de cinco relacionamentos extraconjugais (Kinsey, 1948 e 1953 *apud* Fisher, 1995).

Durante a chamada Revolução Sexual, que aconteceu entre os anos sessenta e setenta, uma outra pesquisa foi realizada por Hunt (1974), patrocinada pela revista Playboy. Nela constatou-se que 40% dos 691 homens e cerca de 25% das 740 mulheres brancas casadas da classe média, tiveram casos extraconjugais (Hunt, 1974 *apud* Fisher, 1995). Diferenças quanto às relações fora do casamento cometidas por mulheres casadas mais jovens também foram relatadas nesta

pesquisa. Enquanto que, nos anos 50, 9% das esposas de menos de 25 anos de idade tiveram relações extramaritais, nos anos 70 eram 25%.

Blow e Hartnett⁶ (2005b) destacam as pesquisas mais recentes que levantaram a prevalência da infidelidade. Muitos estudos existentes que são baseados em pesquisas de campo tentam chegar a uma estimativa mais exata possível de quantas pessoas se engajam em comportamentos infiéis. E tais estudos chegam a estatísticas mais fidedignas quando estão focados nas relações sexuais de casais heterossexuais, contendo amostras representativas e em larga escala. Como exemplo, em 1994 um estudo foi realizado com 884 homens e 1288 mulheres e chegou aos números de 78% dos homens e 88% das mulheres negando que tivessem realizado sexo fora do casamento (Wiederman, 1997 *apud* Blow e Hartnett, 2005b). É importante dizer que neste estudo objetivou-se chegar à prevalência, à incidência e às correlações das relações extramaritais e para tal, os dados foram coletados através de questionários e entrevistas presenciais que incluíam a etnia, tipo e tamanho da comunidade a que pertencia o participante, seu estado civil, sua experiência sexual, as atitudes com relação às relações extramaritais e ocorrência de relações extramaritais ao longo da vida e ao longo dos últimos doze meses (Blow e Hartnett, 2005a).

Pesquisas feitas entre 1991 e 1996, com uma amostra de 4118 pessoas casadas, chegaram a resultados semelhantes à anterior, dentre os quais 13% da amostra admitiram ter feito sexo fora do casamento (Atkins, Baucom e Jacobson, 2001 *apud* Blow e Hartnett, 2005b). Esta pesquisa examinou a influência das variáveis que levam as pessoas a cometerem a infidelidade, através de perguntas a respeito da satisfação com o atual casamento (Blow e Hartnett, 2005a).

Existem também pesquisas no contexto brasileiro. Jablonski (2005) e sua equipe de pesquisa da PUC-Rio aplicaram questionários em 1986, 1993 e 2003 que procuraram levantar as atitudes e expectativas de jovens solteiros acerca do casamento. Várias questões foram pesquisadas, como sexualidade, papéis da mulher, importância do amor, dentre outros. Quanto à questão da infidelidade, indagou-se se o entrevistado admitiria a possibilidade de relações extraconjugais

⁶ Estes autores realizaram uma revisão das principais pesquisas já feitas sobre a infidelidade desde 1980, focando primeiro nas metodologias e limitações de tais pesquisas (2005a) e depois, em um segundo artigo, uma revisão geral dos principais achados das pesquisas sobre infidelidade, destacadas por eles (2005b).

para o homem / para a mulher. A dupla moral permanece, com os homens tendo maior liberdade: em 1986, 35% dos entrevistados admitiam a infidelidade para os homens e só 24% para as mulheres. Em 1993 os números foram de 18 e 13% e em 2003, de 16 e 9%. Podemos pensar que para além da visível diferença entre as estatísticas para os homens e para as mulheres, quanto à questão de quem tem mais liberdade para ser infiel com o parceiro, tais números também indicam um decréscimo da aceitação da infidelidade no decorrer dos anos, tanto para homens quanto para mulheres. Isto pode significar uma mudança nos padrões de atitude das pessoas com relação à infidelidade. Ou seja, parece que a infidelidade, hoje em dia, não está sendo mais tão aceita quanto antes, tanto por homens quanto por mulheres. Cada vez menos pessoas admitem que haja a possibilidade da ocorrência de relações extraconjugais dentro de uma relação amorosa.

Quando questionados a respeito do número de pessoas com quem tiveram relações sexuais durante o namoro, 33% da amostra em 1993 disse que ao menos uma vez foi infiel: 50% dos homens e 22% das mulheres admitiram terem sido infiéis. Em 1986 o número foi de 26%, enquanto que em 2003 o percentual foi de 20,6%, com os homens admitindo serem bem mais infiéis que as mulheres (32,8%, contra os 10,4% das mulheres).

Uma pesquisa realizada no contexto carioca pela antropóloga Mirian Goldenberg intitulada “Mudanças nos papéis de gênero, sexualidade e conjugalidade nas camadas médias urbanas do Rio de Janeiro” também revela dados interessantes. Participaram desta pesquisa um total de 166 mulheres, dentre as quais 90 admitiram já terem sido infiéis. As mulheres que tinham menos de 30 anos foram mais infiéis que as mais velhas, chegando a 60% em mulheres com até 20 anos. Apenas 20% das mulheres com 41 a 50 anos afirmaram já terem sido infiéis. Na faixa de 31 a 40 anos, 45% já foram infiéis (von der Weid, 2004).

Ao final desta pesquisa Goldenberg (2006) já havia pesquisado um total de 1279 homens e mulheres das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro. No todo, quando foram questionados se já haviam sido infiéis, 60% dos homens e 47% das mulheres afirmaram que sim. E se já haviam sido traídos, 41% das mulheres e 32% dos homens disseram que sim. Pode-se inferir, a partir desta diferença obtida entre percentuais de homens e mulheres que já haviam sido infiéis (mais homens e mulheres) e os que já haviam sido traídos (menos homens e mulheres), que muitas vezes a traição acontece dentro de uma relação amorosa, mas não é descoberta e

muito menos admitida, tanto pelo homem quanto pela mulher. Esta pode ser a razão pela qual menos homens e mulheres admitiram terem sido traídos. Ao lado disto, sabe-se que, culturalmente, os homens raramente admitiriam que foram traídos por suas parceiras, pois parece existir ainda uma pressão social que lhes confere muita liberdade para trair, mas não para serem traídos, fato considerado quase que inadmissível em uma cultura dita como “machista”.

Em um outro estudo, Goldenberg (1990) procurou estudar um comportamento feminino considerado como desviante na cultura brasileira: a condição de “outra” ou de amante de um homem casado. Neste trabalho Goldenberg constatou que na faixa etária dos vinte anos as entrevistadas encaram a situação de Outra como passageira e não pressionam os amantes para se separarem das mulheres oficiais, pois têm medo dessa responsabilidade e não apostam neste tipo de relação. Já as mulheres na faixa dos quarenta anos acreditam que estão vivendo uma situação transitória, porque esperam que seus amantes se separem em breve de suas esposas para, então, se casarem com elas, o que de fato aconteceu com algumas entrevistadas. E na faixa dos cinquenta anos, aceitam-se em definitivo como Outras. Um dado curioso desta pesquisa é que todas as entrevistadas possuíam grande preocupação com a fidelidade, acreditando que seus homens não mantinham mais relações sexuais com suas esposas. Ou seja, Goldenberg conclui a partir disto que:

“A exclusividade sexual dos parceiros é, para as pesquisadas, o que justifica a importância da relação e a crença que esta é mais verdadeira do que o casamento oficial” (2006, p. 64).

Porém, Blow e Hartnett (2005a) enfatizam a existência de poucas pesquisas na literatura sobre infidelidade. Apesar de ser um fenômeno comum em casamentos, é muito pouco compreendido pelos pesquisadores. Existe muita especulação, curiosidade em torno da infidelidade, mas as pesquisas realizadas demonstram uma diversidade enorme na escolha do foco a ser pesquisado, produzindo resultados muito contraditórios. Sobre a própria definição da palavra infidelidade não há um consenso na literatura encontrada. “Ter um *affair*”, “relações extramaritais”, “trapaceando”, “relações sexuais”, “sexo oral”, “beijando”, “acariciando”, “relações emocionais fora da amizade”, “relações na internet” e outras palavras são usadas por diversos pesquisadores para falar de

infidelidade, com a maioria deles tendo um foco no estudo da infidelidade dentre os heterossexuais (Blow e Hartnett, 2005a, p. 186).

Pesquisar sobre a infidelidade é difícil, pois ainda de acordo com Blow e Hartnett, é um assunto complicado de se falar abertamente por conta das percepções negativas da sociedade sobre o assunto e por conta dos danos que são causados aos indivíduos, nos seus relacionamentos, famílias, e carreiras. Por isso, todos temem que seus relatos confidenciais sejam revelados, principalmente dentre aqueles que já foram infiéis em algum momento de suas vidas. O anonimato, então, deve ser sempre usado nas pesquisas sobre infidelidade, para preservar os participantes (Blow e Hartnett, 2005a, p. 187).

2.4.1

O Trabalho de A. Lawson

Para Lawson (1988), socióloga americana, a própria palavra adultério já carrega um estigma e sensos de pecado, culpa, crime e vergonha. Afinal, como foi colocado anteriormente, no decorrer dos tempos, a Igreja e a Lei instituíram tais sentimentos ligados ao adultério. A pesquisa realizada por ela foi tanto qualitativa quanto quantitativa. Foram escolhidos métodos de levantamento de dados e entrevistas, além de discussões em grupos pequenos. Quinhentas e setenta e nove pessoas completaram extensos questionários que resultaram nos dados estatísticos e mais ou menos cem foram entrevistadas ou participaram dos grupos de discussão. As conversas foram gravadas e transcritas.

A parte quantitativa da pesquisa baseou-se em questionários aplicados em sujeitos de classe média, brancos, de ambos os sexos, casados ou envolvidos em ligações duradouras na Inglaterra. Os resultados da pesquisa chegaram a um total de 73% de pessoas que declararam terem sido infiéis. Uma quantidade muito próxima de homens e de mulheres revelou que já tinha tido uma ou mais ligações adúlteras, com uma diferença mínima de 2% para os homens. Foi realmente um número surpreendente de pessoas que relataram já terem sido infiéis.

Com relação ao divórcio, por séculos na cultura ocidental, este foi conectado ao adultério e por muito tempo foi praticamente o único e mais forte motivo pelo qual o homem poderia se separar da esposa. Sobre isso, Fisher também destaca um estudo realizado em cento e sessenta sociedades, pela antropóloga L. Betzig (1989), que chegou à conclusão de que a infidelidade, por parte da mulher, é a razão mais comumente alegada para a solicitação de um divórcio (Fisher, 1995, p. 115).

Além disto, apesar de se falar muito sobre sexo atualmente, em livros, artigos, em escolas que têm educação sexual, em filmes explícitos, panfletos explicativos, Lawson destaca que a essência do relacionamento sexual e amoroso é levada sempre a uma espécie de confissão – a uma auto-revelação. Nas suas palavras, o adultério é um relacionamento que é na sua essência, secreto, embora as suas consequências possam se tornar públicas.

Com relação ao adultério nos tempos modernos, certos elementos retêm uma importância particular para a autora, como por exemplo, o heroísmo em conseguir ultrapassar obstáculos por amor e o desejo de possuir o que não pode ser obtido, o inalcançável; o prazer no que é ilícito e secreto; o drama que é vivido no ato de conhecer e se separar de alguém; o sentimento de ser tomado pela emoção e pelo poder; o sofrimento da traição profunda que está sempre envolvido; o desafio da ordem social ao lado da possibilidade de punição e exclusão da sociedade civil; e o fato do adultério não ter lugar em si mesmo, na sociedade como um todo. Com relação a isto, Tanner (1979) enfatiza que a sociedade depende para a sua existência de regras que governem as relações; o adultério traz a concepção de coisas erradas em lugares errados, ou de pessoas erradas em camas erradas, indo de encontro às tais regras que regem as relações humanas, tais como fidelidade, exclusividade, respeito mútuo, sinceridade, etc.

Veremos agora de que forma Lawson classifica os tipos de adultério encontrados por ela na sua pesquisa.

2.4.2 Tipos de Adultério

O primeiro é o “adultério paralelo” no qual a esposa fecha os olhos ou desculpa o marido adúltero através do seu silêncio, mesmo se ela não aprova ou não aprecia o fato da traição do marido. Ou seja, este tipo de adultério corresponde àquele em que a esposa toma conhecimento e aceita o relacionamento do marido com uma outra mulher. Neste caso, o homem pode prover ou dar suporte financeiro e até mesmo requerer que a amante permaneça ligada sexualmente somente a ele.

O segundo tipo é o “adultério tradicional” que provoca uma espécie de quebra no casamento. É um “relacionamento ilícito por excelência” que normalmente pelo menos a princípio, é mantido em segredo. Nele, muito esforço é gasto para garantir que o (a) esposo(a) não fique sabendo de nada, apesar dos que estão ao redor, os amigos em comum, saibam de tudo. Este tipo de adultério foi mais comumente exercido pelas mulheres (esposas). Uma interessante

explicação para esta forma de adultério é dada por Lawson: enquanto que no casamento, tradicionalmente, o homem tinha o poder em mãos e a mulher era requerida a servi-lo e a nutri-lo, no adultério a relação de poder é invertida. A mulher é quem decide iniciar um relacionamento extraconjugal, controlando o seu progresso, incluindo a decisão de quando deve terminar ou não o romance. Um adultério paralelo pode se tornar tradicional, ou vice-versa. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando uma ligação tradicional e secreta de uma esposa for descoberta, e ela pode persuadir o seu marido a aceitá-la; ou uma amante de longa data, que já foi aceita pela esposa, pode demandar o divórcio, o que pode trazer as duas mulheres para um conflito aberto.

Finalmente o terceiro tipo de adultério é o “adultério de recreação”, que é aquele que satisfaz o desejo de brincar. Geralmente aqueles que o praticam, é na intenção de chegar ao prazer e de evitar o dilema moral, convidando mais gente para brincar também, incluindo ou excluindo seus cônjuges. Nas palavras da autora,

“Este [adultério de recreação] pode mover-se facilmente para o paralelo ou o tradicional, mas enquanto estes eu caracterizo como tendo uma certa solidez e resistência, o adultério de recreação é breve, uma maneira de viver perigosamente, mas não para arriscar tudo que é valioso, ou manejar o dilema moral insistindo na divisão ‘só sexo e sexo com amor’. Este é, como o próprio nome diz, despreocupado, não é sério ou compromissado, mas é para diversão, pela alegria de viver (...)” (Lawson, 1988, p. 54, tradução livre).

Este adultério pode ocorrer devido à necessidade de satisfazer os caprichos do apetite sexual, o que não significa necessariamente incompatibilidade com uma perfeita e sincera devoção para com o cônjuge, que já tenha se tornado um companheiro ou amigo de longa data. Ou também, pode significar a culminação de uma expressão de um sentimento detestável de um cônjuge por outro.

Independentemente do tipo de adultério, fica claro que na história, este ato já teve muitos significados diferentes que resultavam em diversos fins, dependendo, antes de tudo, se era cometido pela esposa ou pelo marido. Outro fator importante a se considerar quanto ao adultério é que as condições nos tempos modernos foram alteradas, ou seja, a igualdade entre homens e mulheres é um ideal (apesar de ainda não ser um fato). O adultério é ainda condenado igualmente tanto por homens quanto por mulheres.

O sentimento de transgressão no ato do adultério e como sendo algo que é basicamente errado, atravessa os séculos e não é facilmente descartado ainda hoje. Mas, quais serão as razões apontadas para a prática do adultério?

2.5

Razões para a infidelidade e para o adultério

Existem muitas razões diferentes para o adultério, apontadas por diversos autores. É importante deixar claro que nem todos concordam com a posição defendida por Fisher (1995) que destaca as razões biológicas, sendo apenas uma dentre outras teorias que são sustentadas por outros autores. De acordo com esta explicação, o homem é mais interessado em variedade sexual por uma explicação darwiniana, ou seja, para gerar descendentes com sua carga genética. Por milênios os homens que buscavam variedade sexual engravidavam mais mulheres, gerando mais filhos e conseguiam que sua linhagem genética prevalecesse. Já com relação às mulheres, o objetivo delas, pelo menos das mulheres ancestrais, era encontrar um único protetor que assegurasse a sobrevivência de seus filhos, até porque a mulher, ao contrário do homem, não pode engravidar todas as vezes que faz sexo, devido ao ciclo menstrual. A explicação da reprodução genética não caberia no caso delas. Uma mulher que buscasse a variedade sexual corria sempre um risco de encontrar um parceiro ciumento que a desamparasse a qualquer momento. Então, de acordo com esta explicação, os homens seriam mais interessados na busca de variedade sexual do que as mulheres, por natureza.

Há outra linha de explicação para o adultério feminino, que sempre existiu, apesar de ser menos constante que o masculino. De acordo com esta, as mulheres que procurassem mais homens teriam mais abrigo e alimentos, e conseqüentemente, mais proteção e saúde, o que garantiria a sobrevivência dos filhos. Além disso, caso um marido morresse, ou abandonasse o lar, ela teria outro a quem pedir socorro. Se a mulher tivesse um companheiro com má saúde, ela procuraria outro homem para melhorar sua linhagem genética. E outra explicação

seria que o fato de muitos filhos serem gerados de homens diferentes, aumentaria a sobrevivência deles às variações climáticas do ambiente (Fisher, 1995, p. 102)⁷.

Além da explicação biológica, existem outras, baseadas na motivação e nas diferenças individuais de cada pessoa que levam à infidelidade. Um dos primeiros estudiosos a examinar a infidelidade, como já foi colocado anteriormente, foi Kinsey (1948), que fez a distinção entre infidelidade emocional e sexual e foi observado que a infidelidade tende a resultar em divórcio se a esposa acredita que a relação estabelecida com a rival escolhida pelo marido tem uma carga emocional mais intensa do que a sua. Barta e Kiene (2005) explicam que, de acordo com os achados de Kinsey, os homens tendem a declarar que o relacionamento extraconjugal foi apenas físico, ou seja, foi caracterizado por sexo, sem carga emocional. Já as mulheres tendem a se envolver com outros homens com intimidade emocional. Alguns autores questionam esta dicotomia entre relacionamentos sexuais e emocionais, pois onde há sexo supõe-se que haja algum nível de intimidade emocional. E quando perguntaram para pessoas que participaram de suas pesquisas sobre o que é um relacionamento “puramente sexual” ou “puramente emocional”, os resultados foram confusos (DeSteno et al., 2002 apud Barta e Kiene, 2005).

A infidelidade emocional existe quando o parceiro sente que está apaixonado por outra pessoa, fora de seu relacionamento. Quando não há um componente sexual manifesto, a infidelidade emocional também pode ocorrer. São os casos da infidelidade mediada por computador, pelo uso da Internet. Neste caso o relacionamento é estabelecido sem contato visual ou físico pelos parceiros e não há um objetivo principal e aparente de achar um parceiro sexual (Barta e Kiene, 2005).

A maioria dos casos de infidelidade marital, porém, cai no meio dos dois tipos descritos (emocional e sexual). De acordo com relatos de cônjuges infiéis, 56% dos homens e 63% das mulheres descreveram seus relacionamentos extramaritais como tendo preenchido suas necessidades emocionais e sexuais igualmente (Thompson, 1984 apud Barta e Kiene, 2005).

⁷ A título de curiosidade, ainda dentro desta explicação biológica, foi realizado um estudo na Grã-Bretanha com duplas de mulheres gêmeas que chegou à conclusão de que se uma das duas tivesse um histórico de infidelidade, as chances da irmã também apresentar o problema seriam de 55%. Mas ainda não foi descoberto o “gene da infidelidade” (disponível em BBC Brasil.com, 2004).

Jablonski (1998) explica que as relações extramaritais podem ser causa ou consequência de problemas dentro do casamento, ou simplesmente não haver nenhuma relação entre um e outro. De acordo com ele, na maioria dos casos, acredita-se que as relações extramaritais derivam de necessidade de variação sexual, da busca de novas satisfações emocionais, o que pode ser reflexo de maus casamentos, e até mesmo por retaliação. Há ainda a influência de outros fatores, como o envelhecimento (e a necessidade de se provar que ainda está bem), imaturidade, alcoolismo, surgimento de oportunidades, dentre outros.

Já Goldenberg (2006) coloca que os dados demográficos mostram que existe uma demanda excessiva de mulheres e uma oferta reduzida de homens, o que justificaria a infidelidade conjugal. Isto porque, quanto mais velhas as mulheres ficam, maior a competição por poucos homens, e quanto mais velhos os homens, mas eles têm escolhas no mercado matrimonial. Já para as mulheres restam as opções de serem amantes de um homem casado, a solidão, a relação com outra mulher ou buscar parceiros mais jovens que elas. Os dados brasileiros mostram que aos 65 anos, 80% dos homens estão casados e as mulheres são apenas 30%. Ou seja, há muito mais mulheres não casadas na medida em que envelhecem, do que homens, fato que aumenta a probabilidade do homem buscar outras mulheres para se relacionar fora dos seus casamentos.

Nesta pesquisa, Goldenberg chegou à conclusão de que as razões para a infidelidade mais apontadas pelas mulheres foram: “falta de amor, insatisfação, crise ou problemas do relacionamento”. Já os homens apontaram, além destes mesmos motivos, outros, tais como: “natureza masculina, instinto, aconteceu, oportunidade, atração, desejo, vontade, tesão, “testicocefalia”, não consegui resistir, para não me arrepender das oportunidades que perdi”.

Quanto às reações frente à descoberta da infidelidade de um dos parceiros, Cann, Mangum e Wells (2001) observaram que atitudes e crenças a respeito dos relacionamentos podem modificar a forma como homens e mulheres respondem à infidelidade. O sentimento de dor e aflição frente à infidelidade emocional foi mais aparente, na pesquisa deles, naquelas pessoas que idealizavam o romance nos seus relacionamentos. Murphy et. al. (2005) explicam que o homem demonstra ciúmes quando descobre que sua parceira foi infiel sexualmente e os ciúmes na mulher serão ativados quando descobre que seu parceiro se envolveu emocionalmente com outra pessoa. A mulher tende a achar que seu parceiro foi

emocionalmente infiel porque não está mais disposto a investir nela de maneira exclusiva.

Já para Goldenberg (2006), somente 30% das pessoas que já foram traídas terminaram a relação por causa disto. A maioria dos homens e mulheres, de acordo com a pesquisadora, reage à descoberta da traição, brigando, chorando, xingando, mas passado o choque inicial, busca esquecer o que passou.

Porém, será que é só no mundo real, nos relacionamentos que se desenvolvem face-a-face, que a infidelidade acontece? Estamos falando até aqui de relacionamentos que se desenvolvem no mundo real, porém, existem outros que já há alguns anos, começaram a surgir, através da mediação do computador e da Rede Mundial de Computadores, a Internet. Passaremos, no próximo capítulo, para a descrição deste “mundo virtual”, seu histórico e suas características.